III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MCH1381

EMPRESAS OPERÁRIAS NO SÉCULO XXI: SEIS HIPÓTESES PARA A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO E CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

JOÃO URIAS
joaourias.equilibrio@gmail.com
MESTRADO EM DIREITO DO TRABALHO
USP

ORIENTADOR(A)
GUILHERME GUIMARAES FELICIANO
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

EMPRESAS OPERÁRIAS NO SÉCULO XXI: SEIS HIPÓTESES PARA A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO E CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

João Urias*

Resumo
Há uma história paralela que acompanhou a vida do sistema social capitalista: a história da ocupação e continuação de empresas por trabalhadores. E esse fenômeno se coloca, cada vez mais, com o potencial de abrir novos caminhos para a classe trabalhadora. O presente estudo, feito por meio de pesquisa bibliográfica, objetiva, em primeiro lugar, trazer à tona a história desse fenômeno de anseio da classe trabalhadora por controlar a produção; e, em segundo, explorar como essas experiências podem se constituir em campo fértil para o desenvolvimento de práticas e ideias necessárias para o enfrentamento do desafio de superar o sistema social capitalista. Após a análise, podemos formular seis hipóteses sobre essa relação. Entre elas: a constatação de que o caminho para superação do capitalismo não está na tomada do poder do Estado, mas na revolução da organização da produção (o capital domina porque organiza); e a de que a questão de colocar em prática uma organização coletiva e igualitária de trabalho, sem hierarquia, é um problema complexo que está longe de ser resolvido, e envolve questões como a divisão igualitária das tarefas e a reformulação do trabalho de gestão.

Palavras-chave: Ocupação e continuação de empresas por trabalhadores. Origem da dominação capitalista. Trabalho coletivo e igualitário. Construção do socialismo.

WORKERS CONTROL IN XXI CENTURY: SIX HYPOTHESES FOR OVERCOMING OF CAPITALISM

Abstract

There is a parallel story that accompanied the capitalist social system: the story of the occupation and continuation of companies by workers. And this phenomenon arises, increasingly, with the potential to open new ways for the working class. The present study, bibliographical research, aims, in first place, to bring out the history of this craving of the working class to control the production phenomenon; and, second, to explore how these experiences may constitute fertile ground for the development of practices and ideas needed to address the challenge of overcoming the capitalist social system. After the analysis, six hypotheses about this relationship can be formulatet. Among them: the finding that the way to overcome capitalism is not the taking of state power, but the organization of production revolution (capital dominates because it organizes); and that the question of putting in place a collective and egalitarian organization of work without hierarchy, is a complex problem that is far from being

* Mestre em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Professor de Direito do Trabalho na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo do Trabalho da Universidade de Taubaté. Advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindamonhangaba, Taubaté e Região. Advogado no Vale do Paraíba e em São Paulo.

resolved, and involves issues such as equal division of tasks and the reformulation of management work.
Key words: Occupation and continuation of companies by workers. Origin of capitalist domination. Collective and egalitarian work. Construction of socialism.

1 INTRODUÇÃO

Nós somos aqueles que amassamos
e, ainda assim, não temos pão
Nós somos aqueles que escavamos o carvão
e, ainda assim, temos frio.
Nós somos aqueles que nada temos
e viemos tomar o mundo
Tassos Livaditis (poeta grego, 1922-1988)

No dia 12 de fevereiro do ano de 2013, numa Grécia em crise, uma fábrica denominada Vio.Me., que convulsionava desde 2010, retomou sua produção sob controle dos trabalhadores (OPEN INITIATIVE OF SOLIDARITY AND SUPPORT, 2013). Em meio a um contexto nacional caótico, com 27% da população desempregada (60%, se considerados apenas os jovens), a retomada da produção de uma fábrica desse modo nada convencional é um fato relevante, digno de notícia. Sem dúvidas, algo que cada um dos seis bilhões de trabalhadores do mundo gostaria de saber: "se meu patrão falir, existe a opção de continuar a empresa com meus companheiros". A verdade, entretanto, é que poucos de nós tiveram e terão a oportunidade de conhecê-lo. Com a exceção de alguns poucos jornais virtuais ou blogs alternativos (como, por exemplo, o portal brasileiro de tendência libertária passapalavra.com), a mídia nacional – e também a internacional – não dedicou espaço algum ao fato.

Como sempre.

De fato, a Vio.Me. não foi a única empresa recuperada por trabalhadores – no ano de 2013. E a Grécia não foi o único país a presenciar um fenômeno como esse. Há uma vasta história, interessante e instigante, mas não acessível para a maioria, da ocupação e recuperação de fábricas por trabalhadores. Empresas que, negligenciadas por seus patrões durante um período de crise econômica, foram ocupadas por seus empregados, que passaram a geri-las. Uma história que acompanhou, em paralelo, a história do sistema social capitalista, e que passa pelos precoces movimentos operários ingleses da primeira metade do século XIX (aquele contexto sociopolítico efervescente de cinco décadas que fez nascerem personalidades como Owen, Fourier, Proudhon, Bakunin, Marx e Engels, os primeiros críticos do capitalismo da história), pela paradigmática ocupação da fábrica de relógios Lip Watch, em 1973, na França, pela explosão de ocupações nos países da América Latina na primeira década do século XX, e pelos resultados atuais da grave crise econômica mundial que estourou em 2008, com novas ocupações no Brasil e, também, em países como Grécia, Espanha e Estados Unidos.

É possível entender por que esse fenômeno existe e, desde o final do século XX, se tornou estável e vem ganhando força crescente. A verdade é que o sistema social capitalista sempre impôs uma vida triste e difícil aos nove décimos da população que vivem afastados do controle do processo produtivo – a classe trabalhadora. No "rico"

sudeste brasileiro, por exemplo, entre as 63 milhões de pessoas em idade de trabalhar, nada menos que 40% (25 milhões) não têm ensino fundamental completo; são os subtrabalhadores que formam a enorme base da pirâmide de divisão cruel do trabalho do sistema. Enquanto isso, na ponta de cima, apenas 11% (7 milhões) têm diploma de ensino superior. Nessa conjuntura, o privilégio de ter um trabalho formal – o que, de modo algum, significa ter uma vida digna – é garantido para apenas 21 milhões (34%)[1]. Essa triste condição de vida infligida pelo modo de produção do século XVIII sempre levou (e sempre levará) a classe trabalhadora a procurar alternativas para superá-lo. E, após a derrocada das tentativas fracassadas do século XX, que se centraram na tentativa de tomada do poder estatal – por golpe ou por eleições – essa classe inicia o presente século XXI com os olhos voltados para a busca de novas alternativas de enfrentamento à barbárie.

O presente estudo objetiva, em primeiro lugar, trazer à tona a história desse fenômeno de anseio da classe trabalhadora por controlar a produção. Em segundo, explorar como essas experiências podem se constituir em campo fértil para o desenvolvimento de práticas e ideias necessárias para o enfrentamento do desafio de superar o sistema social capitalista.

2 MÉTODO

A pesquisa foi realizada pelo estudo da bibliografia existente sobre o tema, incluindo a análise de casos feita por meio a abordagem qualitativa, ou seja, uma abordagem que

> não procura explicar, e sim compreender as experiências vividas, tendo como preocupação central a descrição da realidade, através de uma atitude fenomenológica, isto é, colocando como ponto de partida da reflexão do próprio homem, no esforço de encontrar o que realmente é dado na experiência, e descrevendo o que se passa efetivamente do ponto de vista daquele que vive determinada situação concreta. (ARANHA e MARTINS, 1998, p. 34)

3 RESULTADOS, DISCUSSÃO, REFERENCIAIS TEÓRICOS

3.1 Controlar a produção: anseio revolucionário que nasceu com o capitalismo

No ano de 1811, um grupo de operários têxteis fez sua fama em toda a Inglaterra por ter realizado um ato de destruição dos teares mecânicos da oficina em que trabalhavam, em uma pequena cidade próxima de Londres. Seu raciocínio, provavelmente, foi simples: “antes, estas máquinas não existiam, nós trabalhávamos com tranquilidade e todos tinham trabalho; depois que estes teares chegaram, eles nos obrigam a trabalhar muito mais rápido, nosso trabalho é fragmentado e sem sentido, e, por sua causa, vários perderam seus empregos; então, este tear é a causa da nossa desgraça”. Esse gesto de revolta não apenas ficou conhecido como foi imitado por trabalhadores em várias cidades inglesas nos anos de 1811 e 1812. Foi o primeiro movimento de revolta operária da história do sistema social capitalista, que ficou conhecido como **luddismo**, por referência a Nedd Ludd, apontado como o líder do movimento (mas que, talvez, tenha sido apenas um personagem criado para despistar a

[1] Fontes: Censo IBGE Resultados Gerais da Amostra 2010 e GFIP 2011.

polícia burguesa). Em resposta, pela primeira vez na história um parlamento editou uma lei de repressão à classe proletária: pena de morte para os que destruíssem as máquinas de seus patrões (BORGES, 2006, p. 4).

Esse foi, entretanto, apenas o início imaturo dos atos coletivos de luta da classe operária contra a dominação e a opressão impostas, em benefício dos empregadores e sob sua coordenação, pelo modo de produção capitalista. Nascia, também, ali, o **movimento sindical**: a organização racional da classe operária com o objetivo de utilizar sua força coletiva para impor, principalmente por meio de greves, reivindicações de melhora de salários e condições de trabalho à burguesia (SINGER, 2012, p. 83), e que se transformou, como sabemos, na forma típica e difundida de ação da classe trabalhadora na vida do sistema social capitalista.

Mas, além do sindicalismo, esses anos viram germinar, também, outro movimento da classe trabalhadora. Movimento que, exatamente por suas características, nunca teve a difusão do sindicalismo, mas, também, nunca deixou de se fazer presente: o anseio por **controlar o processo produtivo**.

O fenômeno da ocupação e da recuperação de empresas é parte deste segundo movimento.

Esse anseio, que se explica pela postura de recusar tanto o caminho da destruição das máquinas (o que expressava um desejo de retorno ao passado), quanto o da negociação eterna com o patronato (o que significa uma acomodação à condição subalterna na produção), teve sua primeira expressão prática nas iniciativas cooperativistas levadas a cabo pelo movimento operário inglês do início do século XIX, época do "cooperativismo revolucionário" (SINGER, 2002, p. 35). Desde este início, o anseio revolucionário nunca se apagou e assumiu diversas formas.

Poucas décadas depois, recebeu a poderosa e histórica contribuição de Karl Marx, o grande explicador e crítico do sistema social capitalista. Marx e Engels, assim como seus contemporâneos Proudhon e Bakunin, miraram suas teorias para, entre outros, o grande objetivo de controle operário da produção (BOURDET & GUILLERM, 1976, p. 61-7).

É importante verificar que n'O Capital, sua grande obra, Marx criou a célebre fórmula "do autogoverno dos produtores associados" e afirmou, sobre o movimento cooperativo, que "as cooperativas obreiras representam, no interior do antigo sistema, a primeira brecha nele feita" (BOURDET & GUILLERM, 1976, p. 28 e 62). E, cinco anos mais tarde, durante a Comuna de Paris, chegou a dizer na obra *A Guerra Civil na França* que

> Se a produção cooperativa não deve continuar a ser um engodo e uma armadilha; se deve desapontar o sistema capitalista; *se o conjunto das associações cooperativas deve regular a produção nacional segundo um plano comum* [...] que seria isto [...] senão o comunismo, ao menos um muito provável comunismo? (*apud* BOURDET & GUILLERM, 1976, p. 29, grifos dos autores).

Marx, portanto, em alguns de seus escritos, mostrou-se atento à possibilidade de construir a revolução socialista pelo controle da produção em precedência ao controle do Estado.

A batalha pelo controle do processo produtivo continuou, e teve muitos episódios importantes. Do século XIX à queda do muro de Berlim, designadamente, foram três. A curta experiência da *Comuna de Paris*, quando, por dois meses e meio, em 1871, o proletariado tomou a capital francesa e ocupou as fábricas, procurando fazê-las funcionarem democraticamente (BOURDET & GUILLERM, 1976, p. 110-4). A *Revolução Russa* de 1917 e o fenômeno dos *sovietes*, espécie de conselhos operários nascidos espontaneamente nas fábricas e que deram o suporte político à tomada do

governo pelo partido bolchevique (BOURDET & GUILLERM, 1976, p. 115-7). E a tentativa da *Iugoslávia de Tito*, entre 1950 e 1965, após o rompimento com Stalin, de implantar, pela via estatal, um regime nacional de autogestão na produção (BOURDET & GUILLERM, 1976, p. 131-44).

Após esse período, no final do "breve século XX" (HOBSBAWN, 1995), transformações históricas de grande porte influenciaram uma mudança definitiva no rumo do movimento.

A primeira transformação foi a realização do projeto neoliberal no mundo global capitalista. Com ele, como narra Singer,

> [...] a partir da segunda metade dos anos 70, [...] o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. Os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte de sua base social e consequentemente de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a 'flexibilização' de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado (2002, p. 110).

A segunda foi o fim definitivo da experiência de socialismo estatal da URSS. A "crise dos Estados do 'socialismo realmente existente' da Europa Oriental, que estourou em 1985, com a Perestroika e a Glasnost na União Soviética, e culminou em 1991 com a sua dissolução" (SINGER, 2002, p. 111). Com ela,

> Subitamente ficou claro para milhões de socialistas e comunistas de todo o mundo que o planejamento central da economia do país, imposto por uma pseudo-'ditadura do proletariado', não constrói uma sociedade que tenha qualquer semelhança com o que se entendeu que fosse socialismo ou comunismo. Esta nova consciência levou indubitavelmente muitos a se reconciliar com o capitalismo, mas muitos outros sentem-se desafiados a buscar um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos (SINGER, 2002, p. 111).

E a terceira,

> [...] o semifracasso dos governos e partidos social-democratas, principalmente na Europa mas também, *mutatis mutandi*, na América Latina. Mesmo vencendo eleições e exercendo o poder governamental, os social-democratas não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem-estar social. Não tentaram reverter a privatização dos serviços públicos nem a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias nacionais, sobretudo na periferia, aos ditames do grande capital financeiro global (SINGER, 2002, p. 111-2).

Com essas três transformações, uma hipótese perturbadora se colocou com força aos olhos da esquerda mundial: **o caminho da superação do capitalismo não é a tomada do poder estatal**. Nem pela força, nem por eleições.

> As duas transformações subverteram a concepção (até então amplamente dominante) de que o caminho da emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado. O foco dos movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil: multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados (de que o zapatismo mexicano talvez seja o paradigma) e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais etc. (SINGER, 2002, p. 112).

Concordamos com o professor português João Bernardo quando defende que se encerrou neste momento, pelo colapso da URSS e, também, pela crise de legitimidade dos sindicados nas décadas de 60 e 70, um **ciclo histórico** (1999, p. 33-42). O ciclo histórico que começou com as experiências de Owen, em 1825, e terminou apenas no fim do século XX, e se caracteriza pela não consideração, pelos desejosos da superação do capitalismo, da "diferença prática entre relações sociais de produção e relações jurídicas de propriedade" (1999, p. 34).

Encerrado este ciclo histórico, entretanto, iniciou-se outro, no qual o conflito que se eleva é o existente entre duas formas de organização, ou de relações sociais de produção: a auto-organização e a hetero-organização. Um "novo grande ciclo [...] em que o tema básico é a gestão e o controle" (BERNARDO, 1999, p. 42).

Confirmando essa tese, vemos que, da segunda metade do século XX até hoje, o projeto de revolução pela tomada de poder estatal apenas enfraqueceu (apesar de ainda ter adeptos; no Brasil, por exemplo, esta é, declaradamente, a posição do Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos – PSTU, um importante encabeçador de mobilizações à esquerda). E, por outro lado, cresceu o interesse pelas tentativas de controle direto da produção, de modo que inúmeras experiências nesse sentido surgiram em todo o mundo.

É nesse contexto que se insere o fenômeno que nos interessa: a ocupação e continuação de empresas por trabalhadores. Trata-se da expressão mais avançada, contestadora e revolucionária desse movimento.

3.2 Continuação de empresas via gestão operária: *práxis* provocadora

A classe empresarial capitalista, interessada na conservação do sistema social que a privilegia, não vê, em geral, o fenômeno da ocupação e da continuação operária de empresas com bons olhos. Como afirmam Dagnino e Novaes, comparando com os dois movimentos sociais mais ativos no país hoje – o dos trabalhadores rurais sem terra (que, entre várias organizações, tem no MST sua maior expressão) e o dos trabalhadores urbanos sem teto –,

> o movimento das ERTs encontra por parte da classe dominante um tipo de oposição bastante diferente daquele dos seus dois congêneres. Sem aprofundar no tema, basta considerar que as condições sob as quais pode ocorrer a recuperação de uma fábrica pelos seus trabalhadores, e as ações que a possibilitam, que usualmente se iniciam com sua ocupação, são vistas como ainda mais culturalmente ilegítimas e 'ilegais' do que aquelas que resultam da luta pela terra ou pela moradia. Além do que, e isso contribui ainda mais para que possam ser frequentemente reprimidas, elas ocorrem num espaço autocontido, isolado do espaço social e, por isso, pouco percebido pela

sociedade (2013, p. 18).

Não é por acaso. O fato de um membro da classe trabalhadora, tomado por um ímpeto de coragem e por um sentimento de coletividade, lançar-se à tentativa de assumir uma empresa com seus companheiros é, por si só, provocador do sistema. Isso porque a ideologia desse sistema lhe convence de que ele não é capaz, pois essa atividade intelectual é para poucos. Assim, a continuação produtiva de empresas por trabalhadores acaba sempre expondo a xeque a fonte real de poder do capitalista: o domínio que tem do processo produtivo.

Isso pode ser visto na história desse movimento.

A prática esparsa de ocupar fábricas com a intenção de assumir a condução da produção surgiu com o nascimento do movimento operário, logo após a consolidação do sistema social capitalista, no século XIX.

É possível afirmar isso não por nenhum movimento organizado conhecido, mas pelas menções esparsas de observadores e críticos do sistema. As primeiras ocupações com continuação, ao que tudo indica, ocorreram no momento da história da Inglaterra a que já nos referimos: a década de 1830, quando o movimento sindical inglês tinha em sua pauta o "cooperativismo revolucionário" e enfrentava a burguesia com a ameaça de substituí-la (SINGER, 2002, p. 32-5). Algumas décadas depois, o companheiro intelectual de Marx, Friedrich Engels, quando montava o terceiro volume d'O Capital, introduziu uma nota fazendo referência a um caso de recuperação. Escreveu: "em um caso de meu conhecimento, um fabricante falido após a Crise de 1868 tornou-se empregado assalariado de seus próprios ex-trabalhadores. A fábrica depois da bancarrota foi recuperada por uma cooperativa de trabalho e o antigo proprietário foi empregado pela cooperativa como dirigente" (*apud* HENRIQUES *et al.*, p. 10). Na mesma época, outro autor clássico do século XIX que, apesar de liberal, fez referência entusiasmada a experiências de recuperação de empresas por trabalhadores que aconteciam em sua época na França e Inglaterra, é John Stuart Mill, na sexta edição, de 1865, da obra *Princípios de economia política* (SINGER, 1999, p. 25).

Passando para o século XX, mais especificamente no primeiro quarto, uma onda de ocupações com continuação da produção ocorreu na Itália. O movimento operário italiano se viu influenciado pela vigorosa difusão de ideias socialistas e anarquistas que marcou a época, e, conjuntamente, pelo calor recente da Revolução Russa. Assim, no ano de 1920, o movimento ocupou diversas fábricas do triângulo industrial Milão-Turim-Gênova, começando pela montadora de automóveis *Fiat*, e colocou-as para funcionar sob a direção de conselhos operários. As ocupações duraram alguns meses. A reação a essa efervescência revolucionária é conhecida: dois anos depois, com o apoio maciço da classe média, ascendia ao governo o Partido Nacional Fascista, liderado por Benito Mussolini (RICCI, 2010).

Essas são as linhas gerais do movimento de recuperação operária de empresas até 1973, ano em que um caso paradigmático, juntamente com seu contexto específico, alterou seu rumo para sempre. Acreditamos que muitos outros casos ocorreram neste período de quase dois séculos. No entanto, como esses citados, tiveram existência curta (poucos meses, ou, até mesmo, dias), e ocorreram de maneira esparsa e isolada.

É possível entender porque, mesmo em manifestações instáveis e isoladas, a ideia de assumir a produção surgiu com o capitalismo e nunca o abandonou. A verdade é que esse anseio é uma pedra entalada na garganta de cada trabalhador. O sistema social capitalista funciona, desde seu início, com uma divisão muito clara dentro de cada fábrica: no topo, os patrões, que têm desenvolvidas habilidades necessárias para dirigir o negócio; abaixo, os peões, que não têm essas habilidades intelectuais desenvolvidas e acatam ordens para colocar as mãos na massa e fazer funcionar a produção. Foi assim

na primeira fábrica montada, e é assim em cada fábrica e em cada local de trabalho existente no mundo capitalista atual. E, como condição para manter esta situação, funciona um gigantesco e profundo, mas silencioso, esforço para impedir que uma porção significativa dos membros da classe trabalhadora tenha acesso à aprendizagem das habilidades intelectuais necessárias para gerir um negócio; este é, talvez, o maior foco das ações da classe capitalista para manter sua dominação, desde sua ascensão ao poder. A verdade, entretanto, é que cada empregado sabe que poderia ser igual ao seu patrão. Cada empregado, no fundo, sabe disso: poderia, se tivesse o mesmo trajeto de vida, ter as habilidades intelectuais para gerir um negócio ou um local de trabalho. O problema é que ter ciência disso é perturbador. A condição de subordinado na produção não é confortável, não é satisfatória, para ninguém, pois a opressão e a alienação são sentidas, e amarguram. E, por isso, imaginar que poderia ser diferente, que não é uma condição necessária, é perturbador demais. Então, há inúmeros mecanismos destinados a fazer a classe trabalhadora se desviar desses pensamentos incômodos, e viver em paz com sua condição (dentre eles, a religião, que usa a eficiente explicação de que a condição de cada indivíduo é vontade de um ente mais poderoso e mais sábio e, portanto, não deve ser questionada). Mas nem sempre esses mecanismos funcionam. Às vezes, pela influência de determinadas condições (o medo da fome e a desconfiança da ideologia, em especial), o trabalhador se dispõe a romper esta barreira. Esses momentos sempre aconteceram na vida do sistema social capitalista, são inerentes a ele, com suas crises estruturais e oscilações de hegemonia pela dialética da luta de classes. Quando coincide de se cruzarem, nos caminhos da história, uma crise na empresa, com atraso de salários e ameaça de demissões, com um desses momentos de vontade de rompimento, *voilà*: temos a ocupação com intenção de continuar a produção. É possível entender, portanto, por que a ocupação de fábricas sempre ocorreu.

Retomando nosso curso, foi em 1973 que o movimento de recuperação de fábricas deixou para trás, para sempre, sua característica de descontinuidade. A experiência que protagonizou essa mudança foi a ocupação da fábrica de relógios *Lip*, em Besancón, França. Esse caso paradigmático, juntamente com seu contexto, é apontado por João Bernardo como um ponto de cisão que representou o encerramento de um ciclo histórico e o início de outro (1999, p. 40). Encerrou-se o ciclo histórico da propriedade e iniciou-se o da gestão.

A *Lip* era a maior e mais prestigiada fábrica de relógios da França, com 1.300 funcionários. Num processo construído por lutas coletivas ao longo dos anos, seus trabalhadores haviam conquistado uma organização sofisticada, com um comitê operário que representava todos os integrantes da planta, e uma maioria associada a uma das duas maiores centrais sindicais francesas (a CGT, Confederação Geral do Trabalho, e a CFDT, Confederação Democrática Francesa do Trabalho). Por consequência da organização, que lhes dava maior poder de barganha nas negociações coletivas, tinham salários ligeiramente maiores que os pagos em outras fábricas, e, até 1968, haviam angariado diversas conquistas trabalhistas, como um plano de aposentadoria e uma estrutura de evolução salarial (RADICAL AMERICA, 1973, p. 2).

A partir de 1969, entretanto, a empresa começou a dar sinais de crise. E, logo no início do próximo ano, após as vendas de natal, os administradores anunciaram um corte de 200 trabalhadores. Foi quando o conflito começou. Entre 1970 e 1973, trabalhadores e gerentes protagonizaram uma batalha na fábrica, uma batalha que, diferentemente de todas as outras, colocou em questão quem a controlava de fato. Após esse primeiro anúncio, “reuniões dos trabalhadores na fábrica e ameaças de iniciar uma greve forçaram a gerência a acabar com a ameaça de demissões”. Os trabalhadores, extremamente unidos e organizados, e utilizando-se de um sistema sofisticado de

comunicação interna e de formas de luta criativas, rejeitavam coletivamente cada anúncio de corte dos patrões; e, ao mesmo tempo, iam além, reivindicando melhoras que atingiam a todos (o que garantia o apoio geral, mesmo que as demissões atingissem só alguns). Com sua mobilização, a organização operária foi angariando não apenas o apoio de cada trabalhador da fábrica, mas, também, de outras fábricas, da comunidade, das centrais sindicais, e, por fim, de toda a classe trabalhadora francesa e internacional. E, nesses três anos, os trabalhadores venceram todas as batalhas. Até junho de 1973, apesar das inúmeras tentativas pela gerência, não houve nenhum corte de direitos, nenhuma demissão, mesmo diante das dificuldades financeiras da empresa. Os trabalhadores mostraram à gerência que controlavam as decisões sobre demissão na fábrica (MAI, 1973, p. 4-10).

Entretanto, a crise chegou ao seu auge em meados de 1973. Mesmo sem demissões, a fábrica estava parando por falta de trabalho. Como explicou um trabalhador da Lip em uma entrevista, "No começo de 1973 havia cada vez menos trabalho para ser feito em determinados setores [...]. Áreas inteiras da fábrica foram deixadas sem nenhum trabalho por várias semanas" [2]. Os trabalhadores estavam com receio de não receberem os próximos salários. Foi então que, em 12 de junho de 1973, após confirmarem que os gerentes planejavam realizar muitas demissões ou, até mesmo, fechar a fábrica, os trabalhadores ocuparam o local da reunião de gerência. E, a partir deste dia, tomaram o controle da fábrica, abandonada pela gerência. Também neste dia, um grupo deles, sem anunciar seu intento, foi até o estoque da fábrica e arrebatou todos os 65 mil relógios que lá estavam, visando utilizá-los como garantia de pagamento dos salários de junho. A apreensão, quando foi revelada aos demais trabalhadores em assembleia, recebeu um apoio maciço (MAI, 1973, p. 8-11).

Três dias depois, em 15 de junho, os operários organizaram um ato público na porta da fábrica e quinze mil pessoas estiveram presentes para apoiá-los (MAI, 1973, p. 11).

Com os relógios nas mãos e a fábrica sob seu controle, os operários se viram num dilema. O valor dos relógios do estoque representava, no máximo, quatro meses de salários iguais para todos. Então, em uma assembleia realizada no dia 18, o coletivo aprovou a proposta do comitê: religar as máquinas e usar os materiais disponíveis na fábrica para produzir relógios e vendê-los pelo preço de mercado. E, para gerir o processo, colocaram em prática um método de deliberação e decisão coletiva peculiar, que envolvia um sistema de reuniões diárias em vários níveis (MAI, 1973, p. 12-3).

A ocupação foi difundida por toda a França e muitos outros países, a ponto de os trabalhadores terem montado um sistema de recepção de visitantes, com uma cafeteria e uma programação de eventos, sempre com o objetivo explícito de explicar e popularizar sua luta. Eles produziram, também, um jornal semanal, o *Lip-Unite*, que chegou a uma circulação de 30 mil exemplares em setembro. E um programa de rádio, o *Radio Lip*, distribuído em fitas cassete à comunidade (RADICAL AMERICA, 1973, p. 14).

Mas a experiência de controle chegou a um rápido fim. Após uma declaração de falência da fábrica pelo judiciário, em julho, a ocupação terminou no dia 14 de agosto de 1973, com um ataque policial feito no início da madrugada, no período de férias, em que a fábrica estava esvaziada. Os atos de luta dos operários continuaram, nos moldes típicos, com reivindicações contra cortes e contra o fechamento da fábrica, mas foram enfraquecendo diante da conjuntura desfavorável. O uso da força pelo governo reduziu a intensidade da luta e, pela primeira vez, rompeu a união dos trabalhadores.

---

[2] Tradução livre de: "In the beginning of 1973 there was less and less work to be done in certain shops [...]. Entire areas of the factory were left with no work at all for several weeks".

Seus atos de propaganda começaram a perder o efeito e os líderes das centrais sindicais retiraram seu apoio. A experiência, então, chegou ao fim[3] (RADICAL AMERICA, 1973, p. 15-6).

O que nós devemos extrair de fundamental dessa experiência operária extraordinária, de grande valor histórico, é que ela foi uma luta por controle e se deu independentemente do sindicato. Não uma luta que reivindicava o controle, mas uma luta por assumi-lo, por colocar as mãos nele (BERNARDO, 1999, p. 40). "O controle não aparece como uma palavra de ordem. Aparece como algo prático e realizado" (BERNARDO, 1999, p. 41). É uma experiência que mostra quais são os limites da organização e da ação sindical, cujo pressuposto é de que o controle da empresa é dos patrões, e aos operários cabe reivindicar melhoras, nada além disso. Tendo conquistado uma organização coletiva sofisticada, os trabalhadores da *Lip* impuseram sua vontade e fizeram a gerência sentir que não tinha, mais, o controle da fábrica. Apesar de os trabalhadores da *Lip* não terem declarado que sua intenção era tomar o controle da produção em definitivo (eles descreviam sua ação como "autodefesa, e não autogestão"), eles afirmaram em seu manifesto: "Nós mostramos que os patrões não são indispensáveis e que os trabalhadores são capazes de organizarem-se, por si só, mesmo na esfera econômica [...]. Não é apenas a gerência da Lip que foi desafiada, mas toda a classe patronal" [4]. E seu ato foi, de fato, sentido como uma ameaça pelos capitalistas. Em uma revista patronal francesa se escreveu:

> [...] a sociedade francesa, como é concebida pelo governo e pelas classes dominantes, raramente foi tão ameaçada em seus princípios como agora, em razão do caso Lip. [...] Calmamente, e sem nenhum grande tumulto, [o caso Lip] está negando ou transformando os direitos de propriedade [...], e está fazendo tudo isso com o suporte moral de grande parte da população.[5]

O caso *Lip* não apenas ficou internacionalmente famoso, como foi largamente imitado. Como conta Paul Singer, a luta da Lip "durou vários anos e foi tão entusiasmante, na época, que cerca de 700 empresas foram tomadas pelos seus trabalhadores por efeito do exemplo dos trabalhadores da Lip" (SINGER, 1999, p. 25).

A partir daí, ocupações ocorreram em todo o mundo, sempre aumentando em número e intensidade nos períodos de crise (que necessariamente chegam, pois as crises são cíclicas e estruturais no modo de produção capitalista).

Nos anos 80, ficou conhecida a ocupação, no Canadá, da empresa *British Columbia Telephone Company*, iniciada em 1981[6].

Nas décadas de 1990 e 2010, em resposta à crise neoliberal, uma grande explosão de ocupações estourou na América Latina, com ocupações no Brasil, Argentina e Uruguai (NOVAES, 2007, p. 84), de modo que parte significativa dessas empresas está funcionando sob controle operário até hoje (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 49-55). Aliás, sobre a América Latina, é possível afirmar que, hoje, o centro avançado desse movimento está nesse continente, sendo a Argentina o país do mundo que mais

---

[3] Vale informar que a fábrica retomou sua produção, na forma usual capitalista, e é, até hoje (2013), uma das maiores produtoras de relógios da França. Sua página na internet é: <http://www.lip.fr.>

[4] Tradução livre de: "[We] have shown that the bosses are not indispensable and that the workers are capable of organizing themselves, on their own, even in the economic sphere... It is not only the management of Lip that has been challenged, but the whole employing class".

[5] Tradução livre de: "This challenge was also apparent to the employers. In an article on the seizure of the factory, an employer's magazine observed that 'French society as it is conceived by the government and the ruling classes, has rarely been so threatened in its principles as now, to judge by the Lip affair. (…) Calmly, and without any great distress, it is denying or transforming property rights…, and it is doing all this with the moral support of the greater part of the population".

[6] Sobre esta experiência: Azzellini & Ness (2011, p. 338).

concentra experiências. Em seguimento, depois da virada do século,

> [...] no plano mundial, com a sucessão e o aprofundamento das crises econômicas a partir de 2001, o que se percebe é o surgimento de experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores em diversos países, como por exemplo na Espanha, Grécia, Indonésia, Canadá, Irlanda, Sérvia, Egito, Tailândia, Paraguai, México, Bolívia e nos Estados Unidos, para além das múltiplas iniciativas em curso na Argentina, Venezuela e Uruguai (DAGNINO & NOVAES, 2013, p. 205).

Já nesta década de 2010, que está apenas se iniciando, os dois casos mais relevantes já foram mencionados. O da *New Era Windows Cooperative*, nos EUA, fábrica de produtos de vidro que, vítima da crise financeira de 2008, foi ocupada e retomou sua produção em maio de 2013 sob o controle operário (NEW ERA WINDOWS COOPERATIVE, 2013), e o da *Vio.Me.*, na Grécia, fábrica de materiais para construção que foi ocupada após entrar em crise, em 2010, e religou suas máquinas em fevereiro de 2013 (OPEN INITIATIVE OF SOLIDARITY AND SUPPORT, 2013).

Este consistente movimento gerou e está gerando, também, reflexos no plano cultural, no plano dos meios de comunicação e no plano científico.

No plano cultural, houve a produção do interessante documentário *The Take* (2004), sob a direção dos entusiastas Avi Lewis e Naomi Klein, que conta o início da história das ocupações de fábricas na Argentina e foi produzido ainda no calor de sua deflagração. E, além disso, o conhecido documentarista estadunidense Michael Moore dedicou parte de seu último documentário, *Capitalismo: uma história de amor* (2009), à ocupação da fábrica *New Era Windows Cooperative*, tratando com otimismo da possibilidade de controle operário na produção como um caminho alternativo ao capitalismo.

No plano dos meios de comunicação, além das muitas matérias jornalísticas já publicadas, geralmente em resposta a uma nova ocupação relevante ou a uma conquista legislativa, há alguns portais na internet que servem permanentemente e exclusivamente à difusão de informação relativa à recuperação de empresas. Vale dizer que muitos já foram criados, mas, após certo tempo, foram excluídos ou deixaram de ser atualizados. Citamos dois de nosso conhecimento que se estabilizaram e mantêm atualizações constantes. O portal *www.workerscontrol.net*, fundado pelos professores Dario Azzellini (Universidade Johannes-Kepler, Áustria), Ralf Hoffrogge (Universidade Potsdam, Alemanha), e Alan Tuckman (Universidade de Nottingham, Reino Unido), que contém informações de experiências de todos os continentes e, segundo sua própria descrição, "pretende ser uma livraria virtual aberta para documentação e teoria sobre experiências de controle operário passadas e atuais". E o portal *www.elcambiosilencioso.com.ar*, fundado pelo professor Esteban Magnani (Universidade de Buenos Aires, Argentina), que, em meio a uma quantidade considerável de material, se destaca pelas informações sobre os casos de ERTs da Argentina.

No plano científico, o fenômeno e a ideia da recuperação de fábricas já empolgou e continua empolgando muitos membros da academia. Apenas no Brasil, temos Lorena Holzman, Maurício Sardá de Faria, Lia Tiriba, Neusa Dal Ri e Candido Vieitez, Paulo Marques, Henrique Tahan Novaes e Alessandra Azevedo, que produziram pesquisas nas últimas décadas (DAGNINO & NOVAES, 2013, p. 15). Além da publicação de diversas obras importantes. Citamos quatro de nosso conhecimento. O livro *El cambio silencioso: empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina*, do professor da Esteban Magnani (MAGNANI, 2003), primeiro sobre a explosão de recuperação operária latinoamericana, produzido em conjunto com o documentário de Avi Lewis e Naomi Klein logo no início desse movimento na

Argentina. O livro *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*, publicado neste ano de 2013, que reflete um momento mais maduro, fruto de um esforço de membros de dez universidades brasileiras para, pela primeira vez, mapear e conhecer a totalidade dos casos de ERTs no Brasil (HENRIQUES *et al.*, 2013). O livro *Las Empresas Recuperadas en la Argentina: informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores*, a terceira edição do projeto de mapeamento totalizante do fenômeno na Argentina, que inspirou, inclusive, o projeto brasileiro (RUGGERI *et al.*, 2010). E, por último, fornecendo uma perspectiva mais abrangente e internacional, a obra coletiva *Ours to master and to own: Workers' Control from the Commune to the Present*, coordenado pelos professores Dario Azzellini e Immanuel Ness (Universidade da Cidade de Nova Iorque, EUA); a obra tem diversos artigos que tratam de experiências de recuperação de empresas em vários lugares do mundo (AZZELLINI & NESS, 2011).

Por fim, em diversos casos, o movimento logrou conquistas importantes junto ao poder público, com a aprovação de leis e a instituição de políticas públicas específicas. Além dos casos da Argentina e Uruguai, dos quais vamos tratar mais à frente,

> [...] hoje a recuperação de empresas é favorecida pela legislação na Itália e o novo Ministro da Economia Social e Solidária da França propõe que seu país adote lei que torne obrigatório o oferecimento de qualquer empresa a ser fechada aos empregados para que a recuperem, se assim o desejarem (DAGNINO & NOVAES, 2013, p. 10).

Assim, nossa investigação nos permite afirmar que, desde 1973, o fenômeno da recuperação de fábricas se tornou perene. E que, apesar de, provavelmente, a maioria das ERTs em funcionamento hoje estarem isoladas e serem instáveis, estamos, neste momento de nossa história, presenciando um desenvolvimento desse movimento, com ocupações cada vez mais longas e sofisticadas, e com a criação de organizações e redes que as unem e fortalecem.

O que isso significa?

Uma empresa que funciona sob o controle de trabalhadores não é a revolução, a superação da barbárie e da tristeza que é o sistema social capitalista. Mas tem o potencial de principiar uma caminhada revolucionária. Dentro de cada microexperiência de recuperação economicamente bem sucedida, os trabalhadores podem realizar uma de duas coisas: reproduzir a relação social de produção capitalista, com sua organização baseada na hierarquia e divisão desigual do trabalho (organização que, para nós, é a fonte de tudo que é fundamental da estrutura global capitalista); ou criar um novo modelo de relação produtiva, que também funcione em termos de possibilitar materialmente a vida humana, mas numa organização estruturada horizontalmente, com igualdade entre os produtores na divisão do trabalho. Como a tarefa de criar esse novo modelo não tem nada de fácil (pelo contrário), não temos dúvida de que, hoje, a maciça maioria delas está reproduzindo as relações produtivas capitalistas, com os líderes operários na função de gestores-patrões[7]. Talvez, todas estejam nessa situação. Por outro lado, em muitas delas, há grande **vontade** de se realizar algo novo, de transformar as estruturas[8]. Esse desejo coletivo, unido ao cotidiano das práticas criativas dos trabalhadores na peleja por realizar a produção, é o contexto fértil para que seja criado o

---

[7] Isso é mostrado, para as experiências brasileiras, no mapeamento publicado em 2013 (HENRIQUES, 2013, p. 70-83 e 103-132).

[8] Vemos, também, a existência dessa vontade no mapeamento; no fato, por exemplo, de que 97% das empresas se declaram autogestionárias e 66% realizam reuniões assembleares com frequência (HENRIQUES, 2013, p. 116 e 200-1).

protótipo da nova organização produtiva. Portanto, é justificado crer no potencial desse movimento.

Essa é, pois, a origem e a história desse jovem movimento, o movimento da continuação de empresas via gestão operária. Conhecendo-a, temos motivos de sobra para acreditar que ele carrega consigo um grande potencial transformador.

3.3 Empresas operárias e capitalismo: a questão do domínio da produção

Já afirmamos que, desde o final do século XX, um número cada vez maior de críticos do sistema social capitalista passou a acreditar que o caminho da superação desse sistema não é a tomada do poder estatal; nem pela força, nem por eleições. Nesse sentido, Paul Singer afirmou que as transformações desse século "subverteram a concepção (até então amplamente dominante) de que o caminho da emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado" (SINGER, 2002, p. 112). E João Bernardo defende que este momento representa o fim de um ciclo histórico e o início de outro, que se diferenciam pela consideração da "diferença prática entre relações sociais de produção e relações jurídicas de propriedade" (1999, p. 33-42).

Concordamos com essa visão e entendemos que o caminho real para superação do capitalismo é a criação de uma nova forma de organizar o processo produtivo, que também funcione em termos de possibilitar materialmente a vida humana, mas numa organização estruturada horizontalmente, com igualdade entre os produtores. E, para além disso, entendemos que o maior entrave, neste momento histórico, para a criação dessa nova forma de produzir não é a falta de um ambiente econômico global favorável, nem o estágio atual de desenvolvimento da tecnologia, mas a **inexistência de um protótipo de micro-organização produtiva igualitária**. Ou seja, um protótipo de empresa igualitária, horizontal, que também funcione em termos de produzir, mas sem criar desigualdade entre os produtores. Que gere, portanto, uma igualdade inerente na produção e, desse modo, a igualdade não dependa de posterior redistribuição. Sendo esse o maior entrave, entende-se porque nosso foco nas empresas recuperadas por trabalhadores: as tentativas de controle operário da produção – ou seja, experiências produtivas nas quais os envolvidos intencionam posicionar trabalhadores (operadores de atividades elementares) também como gestores e responsáveis por funções intelectuais – são contextos férteis para a criação histórica desse protótipo inexistente.

Quanto à opção pelo caminho da organização do processo produtivo, entendemos que essa é a única conclusão coerente que se pode obter a partir de uma interpretação materialista histórica dialética da realidade. Ou seja, uma interpretação que coloque o modo de produção da vida material como determinante último da estrutura política e jurídica e de suas formas correspondentes de consciência social.

O caminho estatal não se sustenta.

Se o estado é uma estrutura que serve ao funcionamento da produção – e ele é – então "tomar o poder do estado" não significa, absolutamente, nada. Pois a fonte do poder não está no estado, nem nunca esteve. Como observa Paul Singer,

> Não se trata de deixar a tomada do Estado pela classe operária num plano secundário, mas de indagar o que realmente significa isso. Parece-me evidente que nenhuma classe pode exercer diretamente o poder de Estado. Mesmo a burguesia não exerce este poder; são seus representantes que ocupam posições-chave no aparelho de Estado e eles são efetivamente seus representantes à medida que fazem o Estado dar cobertura à gestão econômica que a burguesia põe em prática (SINGER, 2008, p. 199-200).

Desse modo,

> O que a experiência histórica dos últimos seis ou sete decênios, tanto nos países capitalistas adiantados como nos países que tiveram revoluções, ensina é que a ideia de que a tomada do poder de Estado deve *preceder* a tomada do poder nas fábricas, escolas etc. é falsa. Quase poder-se-ia dizer que a tomada do poder de Estado *antes* que o poder tenha sido conquistado pela classe trabalhadora nos locais de produção é *impossível*, porque não há como a classe trabalhadora poder assegurar sua representação em nível de governo enquanto o trabalho continuar alienado nas empresas. E a superação da alienação do trabalho produtivo, como a recente experiência da Polônia ainda mais uma vez mostrou, não se pode dar de um dia para o outro; é todo um processo de transformação da divisão do trabalho, da tecnologia e da mentalidade dos que participam do processo produtivo, que leva inevitavelmente um tempo bastante longo. [...] Isto significa que nenhuma "vanguarda", instalada no poder de Estado, pode (mesmo que queira) libertar a classe operária de cima para baixo (SINGER, 2008, p. 201-202).

Essa conclusão implica que não há poder real nas mãos do presidente da república, dos governadores, dos deputados; ou seja, daqueles que dirigem as estruturas de estado. Seu poder é apenas precário, obtido por delegação e permanentemente sujeito a revogação pelos detentores do poder real.

E quem detém esse poder em suas mãos é quem organiza e controla o processo produtivo. Que é, desde o século XVIII, a classe burguesa, o patronato, os empresários, os gestores das empresas capitalistas. São eles que organizam os processos que produzem nossas roupas, casas, comidas, computadores, instrumentos de trabalho e tudo o mais que consumimos em nosso cotidiano (por necessidade ou conveniência). Não só os processos mas, também, as pessoas que o operam. Por organizarem, eles controlam esses processos e essas pessoas. E, em consequência, controlam o mundo[9].

A imensa força desse controle aparece de forma muito clara nos momentos históricos em que o conflito capital-trabalho se acirra. Na Inglaterra do século 1830, por exemplo, quando a organização sindical se consolidou e os trabalhadores organizaram grandes greves, uma larga porção da classe empresarial, agindo em resposta, realizou *lockouts* e demitiu trabalhadores sindicalizados[10]. É esse exatamente o momento em que o coletivo operário perde seu apoio, pois a comunidade se dirige a ele e pergunta; "Se você continuar essa greve, quem vai produzir as coisas?" Vemos isso claramente, também, no histórico caso *Lip*, que também apresentamos no primeiro capítulo.

E essa força se colocou, também, toda vez que um partido declaradamente revolucionário chegou ao governo, por golpe ou eleição. O patronato, amigo dos governantes comuns (porque esses últimos são seus assistentes), olharam para o revolucionário e disseram: "Sou eu que organizo a produção. O que vocês vão fazer comigo?" O "chefe de estado" tem alternativa senão continuar dando assistência? Não. A não ser que se entenda que trocá-lo por um gestor burocrata com base na ideia de que ele produzirá com mais responsabilidade social ou com melhor redistribuição posterior

---

[9] A propósito, essa classe se caracteriza pela gestão e controle do processo produtivo, e não pela propriedade dos meios de produção. É verdade que esses primeiros, em geral, coincidem com os proprietários, pois o direito de propriedade capitalista foi criado justamente para proteger a atividade de gestão capitalista. Sua característica fundamental, no entanto, que os caracteriza sociologicamente como classe, é serem gestores de empresas, e não proprietários. Entender essa diferença é fundamental para afastar a "expropriação" pelo estado como um caminho ao socialismo.

[10] Veja-se em SINGER, 2002, p. 24-35.

dos produtos da atividade é uma alternativa. Mas não é, pois não muda nada de fundamental. É esclarecedora a observação de Singer de que

> [...] esta passagem do poder na produção do burguês ou tecnoburocrata ao trabalhador não pode ser feita por decreto ou por outro ato qualquer do Estado. Quem assume o poder de Estado, por mais que "queira" ser representante da classe operária, tem como responsabilidade primordial assegurar que a produção não se interrompa, que as necessidade materiais básicas da população continuem a ser satisfeitas. Em qualquer situação revolucionária esta necessidade de assegurar a produção se apresenta com o peso esmagador. Em consequência, o máximo que os "representantes" da classe operária no poder conseguem fazer é transferir o controle da produção das mãos da burguesia à de uma burocracia, a qual, para garantir a produção, passa a oprimir de fato os trabalhadores que continuam tão alienados quanto antes. Foi isso que aconteceu com todas as pseudotomadas do poder pela classe trabalhadora – na Rússia, na Iugoslávia, na China, em Cuba etc. – independentemente das intenções subjetivas dos dirigentes revolucionários (SINGER, 2008, p. 200-201).

Portanto, **o capital domina porque organiza**.

Esse imenso poder dos gestores capitalistas, por sua vez, permite que eles arranjem o mundo a sua maneira; ou, mais precisamente, à maneira que exige o modo de produção capitalista, que eles coordenam (e que os privilegia). O que significa dizer, no fundo, à maneira que exige o funcionamento de suas empresas (aplicadoras de seu protótipo de micro-organização produtiva). E isso implica, no fundamental, que o mundo deve ter **duas características**.

A primeira, uma **hierarquia de níveis de habilidade intelectual**, que, por ser necessária (ou seja, as pessoas não podem ter o mesmo acesso a desenvolvimento intelectual, sob pena de a produção não funcionar), deve ser mantida por um sistema escolar institucional e universal (é significativo o fato de a escola pública universal ter sido criada junto com a fábrica capitalista). E a segunda, operando combinada com a primeira, um contingente de postos de trabalho sempre menor do que o contingente de população qualificado e disposto a assumi-lo – o **sistema de mercado de reserva**, que Marx revelou n'O Capital.

Porque essas duas características? Para entender isso devemos olhar para **dentro da empresa capitalista**. A maior diferença desse núcleo produtivo com relação aos dos modos de produção anteriores é que ele precisa de um número grande de operadores pra funcionar. Isso foi uma inovação do capitalismo, consequência da invenção da máquina a vapor. É a grande inovação organizacional do sistema, pois, até esse momento histórico, cada núcleo produtivo funcionava com poucas pessoas; em geral, familiares. A consequência disso foi que era mais difícil organizar o processo. Para superar esse obstáculo, os gestores capitalistas inventaram, na prática, a organização empresarial capitalista: uma divisão de tarefas em que cada indivíduo operaria apenas uma parte da máquina e, consequentemente, um segmento do processo produtivo. Daí a palavra: operário. Essa invenção influenciou os projetistas de máquinas, que passaram a, cada vez mais, projetá-las para que fossem operadas de forma segmentada (é significativa, sobre isso, a proposição atual de Henrique Novaes no sentido de que as máquinas da fábrica capitalista não servem numa empresa

igualitária sem adequações[11]). Mas é claro que a segmentação não poderia ser para todos, pois alguém tinha que coordenar o processo integral. Esse alguém era justamente o capitalista, em fábricas com 10 ou 20 operários. A partir de certo número, outros gestores tinham que ser colocados abaixo dele, por setor. Estava posta, então, a outra característica da organização empresarial capitalista: uma estratificação hierárquica rígida que diferencia os integrantes segundo o nível de exigência intelectual de suas atribuições. Com diversos níveis, mas apenas um ponto de cisão fundamental que divide a totalidade da empresa em duas atribuições básicas: gestão e operação.

Essa é organização hierárquica rígida que, mais de um século depois, Taylor sistematizou e transformou em ciência (o que permitiu seu desenvolvimento), mas que já existia, na prática, em cada fábrica. O processo produtivo, então, estava fragmentado. Não pelo engenho de um gênio do mal, mas pelo engenho dos primeiros capitães de fábrica, para fazer frente a uma necessidade organizacional material. Foi assim que os primeiros capitalistas resolveram esse problema. Talvez houvesse outras formas de resolvê-lo, provavelmente existiam. Mas eles resolveram assim, e funcionou. E, por ter funcionado, nós passamos a depender disso.

O grande problema desse modelo de organização é que toda pessoa tem capacidade de pensar e, por isso, só se satisfaz enquanto pessoa humana quando desempenha tarefas que exigem o uso essa habilidade. E, por isso, não se satisfaz com o trabalho segmentado e deslocado da integralidade do processo (na expressão de Marx, alienado), pois ele é **desestimulante**. Então, este operário se amargura, se incomoda e, por vezes, se rebela. É demonstrativo disso o movimento luddista, pois ele foi deflagrado logo no início da consolidação do capitalismo, e consistia em um ato de pura rebeldia: quebrar máquinas. Ocorre que esses estados de espírito atrapalham o capitalista. Se o operário está amargurado, incomodado, triste, ou revoltado, ele não irá sentar e fazer seu trabalho elementar e sem sentido.

E então, neste momento, entra mais uma invenção dos patrões, a mais cruel de todas: o desemprego. Eles, agora já organizados em classe, verificam que só haveria uma maneira de fazer o operário ir para a fábrica, todos os dias, e sentar e trabalhar quieto: se ele acreditasse que não há alternativa para viver afora essa. Se ele estiver, portanto, sob ameaça permanente de ficar sem meios de se sustentar. Mas, para isso, para que possa ameaçá-lo com fundamento (e, realmente, dispensar os insubordinados), o capitalista deve ter sempre alguém no mercado humano disponível para substituí-lo; alguém sem emprego, mas querendo um, ou descontente com seu emprego, e querendo mudar. Ou seja: para todos os níveis da hierarquia, do jardineiro ao gerente de produção, o capitalista tem que ter permanentemente um contingente de trabalhadores disponíveis para ocupar o lugar do seu empregado. Mas, para isso funcionar na base da hierarquia, é necessário que uma proporção razoável de população tenha condições de vida muito ruins para servir de contingente de reserva para os piores trabalhos. Esse contingente de reserva não existia no início do capitalismo e, então, os empresários o criaram (no processo histórico que Marx chamou de acumulação primitiva ou formação do exército de reserva, que tem o êxodo rural forçado como manobra mais importante)..

A existência desse sistema de mercado de reserva humana – que, a propósito, pode ser verificada facilmente pela análise estatística da economia capitalista – significa algo perturbador: o grande motor que faz funcionar nosso mundo, hoje, é a ameaça de ficar sem meios de subsistência; não é a vontade de enriquecer, nem a busca por conferir sentidos à vida, nem a vontade de agir no mundo como ser social, mas o receio

---

[11] Referimos-nos ao estudo "Processo de Adequação Sóciotécnica nas Fábricas Recuperadas brasileiras e argentinas", publicado pela editora Expressão Popular, em 2007, com o título *O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas*.

de ficar sem comida, roupas, casa. Esse é o motor, robusto e profundo, que move nosso sistema, presente em cada local de trabalho. Motor que é sutil no discurso, mas intensamente e claramente conhecido por cada um dos membros da classe trabalhadora.

Temos, por fim, os elementos fundamentais da empresa capitalista que a permitem funcionar: segmentação de tarefas, estratificação hierárquica com cisão entre gestores e operadores, e eterna ameaça de desemprego como estímulo do trabalho. Entendendo-os, podemos entender porque a estrutura do mundo necessária para o capitalista tem aquelas duas características: a hierarquia intelectual e o sistema de mercado de reserva.

Essa compreensão significa algo imensamente importante: é a organização interna da empresa capitalista que condiciona a organização externa do processo produtivo capitalista. O lugar fundamental do sistema capitalista, portanto, é o interior de cada fábrica, plantação, usina, e rede varejista. Todas as outras características globais do sistema – por exemplo, a tendência infinita à acumulação – são decorrências da organização interna do seu núcleo produtivo.

Queremos dizer que a causa fundamental do fato, por exemplo, de 40% da população em idade de trabalhar do sudeste brasileiro (região mais industrializada do país) não ter concluído o ensino fundamental neste início de século XXI não é outra senão a satisfação das necessidades estruturais da micro-organização das empresas capitalistas do país.

Essa importância da organização interna da empresa já foi reconhecida por Singer, que colocou que

> A luta pelo socialismo almeja, hoje em dia, não tanto a abolição da propriedade privada dos meios de produção que, no capitalismo monopólico, se tornou pouco mais que uma ficção jurídica (os donos das grandes empresas são incontáveis acionistas, com quase nenhum poder de decisão), mas a eliminação da hierarquia de **mando nas unidades de produção e distribuição**. O que implica a criação de forças produtivas fundamentalmente diferentes das que existem hoje, que não se apoiarão mais na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual mas na sua reunião num corpo de trabalhadores, cujos participantes realizarão, todos, um e outro tipo de trabalho" (SINGER, 2008, p. 183, grifo nosso).

E é reconhecida, também, por João Bernardo, quando afirma que

> A transformação para uma relação social de caráter oposto, antagônico ao capitalismo, relação social coletiva e igualitária, só se faz quando os trabalhadores tomam conta de uma empresa. É aí que a auto-organização pode se tornar autogestão no sentido que nós damos hoje correntemente ao termo (1999, p 38-9).

Essa conclusão implica que **a transformação do mundo é, antes de tudo, a transformação da fábrica**. Construir um mundo sem as mazelas do capitalismo passa necessariamente por construir uma fábrica que produza a partir de uma estrutura diferente. A fábrica, núcleo da produção, é o protótipo do mundo. O mundo é seu reflexo no sentido de que a estratificação desigual da fábrica causa a estratificação desigual do mundo. Por isso, resolver o problema da barbárie no mundo é, em primeiro lugar, resolver o problema da desigualdade na fábrica.

Há diversas outras consequências derivadas dessa forma de entender o sistema. Entre elas, queremos destacar a ressignificação da teoria marxista da **extração de mais-valor**, para incluir nela o papel da **gestão da produção**.

Marx explicou que, no funcionamento da empresa capitalista, o trabalho do assalariado resulta na criação de um valor que é menor do que o salário repassado pelo empresário. Que, por isso, quanto maior o número de empregados maior o lucro do

capitalista. E, ainda, que disso decorre que o assalariamento se constitui em um processo de exploração. Essas são descobertas incontestáveis.

No entanto, devemos desenvolver essa fórmula para constatar que o que permite, de fato, que o capitalista se aproprie desse resultado produzido a partir do trabalho do operário é sua **posição de gestor** do processo produtivo.

A **gestão** é o trabalho intelectual por excelência de cada núcleo produtivo. No entanto, parece que sua importância foi menosprezada pelo grande crítico do capitalismo. Porque, ao contrário do que se poderia pensar pela leitura da literatura de esquerda, uma atividade produtiva não funciona sozinha. A produção de uma mesa, por exemplo, não necessita apenas de madeira, parafusos, uma máquina, um engenheiro e um operador. Ela necessita, também, de atos de movimentação e organização interna e externa, como decisões sobre como produzir e o que produzir, busca de fornecedores, relações com compradores. Ou seja, atos de gestão. E é errado supor – como supuseram aqueles que defenderam sinceramente a planificação econômica socialista – que esses atos são elementares e possam ser mecanizados, de modo que a economia passasse a funcionar "exatamente como deve". As relações sociais humanas são complexas, incluindo as econômicas. Não é possível sequer entendê-las sob uma perspectiva mecânica; quanto mais fazê-las funcionar. Esse, a propósito, é um condicionante que se coloca de maneira muito forte nas experiências de controle operário da produção. E, também, é o que permite que o assalariado seja facilmente substituível por outro, mas o empresário, nem tanto. Aquele que pratica o trabalho de gestão, portanto, controla o processo. E, por controlá-lo, detém o poder sobre ele. É essa a origem de nossa dependência atual dos capitalistas e, pela mesma razão, também da sua dominação sobre a nossa vida social[12].

Entendemos nesse sentido a afirmação de João Bernardo de que o novo ciclo histórico, que se iniciou no fim do século passado, caracteriza-se pelo conflito entre duas formas de organização, ou de relações sociais de produção: a auto-organização e a hetero-organização. Um "novo grande ciclo [...] em que o tema básico é a gestão e o controle" (BERNARDO, 1999, p. 42).

Assim, o que confere ao capitalista o poder de extrair mais-valor é seu trabalho de gestão do processo produtivo, pois esse trabalho lhe confere poder, inclusive, de pagar a cada trabalhador o mínimo que é possível pagar de acordo com o funcionamento do mercado humano capitalista, independentemente de quanto seu trabalho produziu. Isso não quer dizer que esse trabalho legitima a extração de mais-valor. Mas sim que, de fato, o trabalho de gestão lhe dá esse poder real, independentemente do que se pense disso.

Essa conclusão implica outra: se queremos tirar o poder sobre o mundo das mãos dos capitalistas, devemos, entre outras coisas, substituir seu trabalho de gestão produtiva, para conseguirmos controlar a produção. Apenas essa substituição pode acabar com nossa dependência.

E chegamos, neste ponto, à questão do que significa construir o protótipo da produção em igualdade. Devemos saber que de nada adiantaria substituir o capitalista por outro gestor ("socialista") e manter a organização vertical. O problema é justamente essa organização vertical e o fato de a gestão se concentrar nas mãos de uma cúpula enquanto o restante realiza trabalhos elementares, alienados e desestimulantes. Pois essa

---

[12] O modelo de gestão da produção tem, na verdade, uma importância fundamental em todo modo de produção. Valeria a pena pensar se, na afirmação de Marx e Engels de que cada modo de produção da história tem seu modelo característico de propriedade, não caberia substituir a palavra "propriedade" pela palavra "gestão". A propriedade, a nosso ver, é apenas uma forma jurídica destinada à proteção do modelo de gestão. Portanto, sua consequência, e não sua causa.

é a origem de todas as mazelas. Sobre essa questão queremos dizer, apenas, que construir esse protótipo histórico significa criar um sistema de divisão do trabalho que resulte em uma equalização nas responsabilidades e da importância de todos os produtores. E, por consequência, na dependência equalizada do processo com relação a todos.

5 CONCLUSÃO: SEIS HIPÓTESES PARA A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO

É chegada a hora, neste início de século XXI, de a classe trabalhadora de todo o mundo recolocar nos trilhos a ação para consecução de sua vocação histórica: superar da barbárie que é o sistema social capitalista.

Com base nesse estudo, é-nos permitido formular seis hipóteses que, ligadas ao fenômeno em análise – o controle de empresas por trabalhadores – objetivam contribuir para essa tarefa. As hipóteses são:

1. A história da recuperação de fábricas por trabalhadores é uma história paralela que acompanhou a vida do sistema social capitalista, e é uma história do anseio da classe trabalhadora de controlar a produção.
2. Essa história ganhou contornos diferentes na década de 1970, com a paradigmática ocupação da fábrica de relógios Lip, na França, a partir da qual o fenômeno tornou-se perene.
3. O caminho para superação do capitalismo não está na tomada do poder do Estado, mas na revolução da organização da produção. O capital domina porque organiza.
4. Há inúmeras experiências atuais de coletivos operários que assumiram empresas e elas mostram que a questão de colocar em prática uma organização coletiva e igualitária de trabalho, sem hierarquia, é um problema complexo que está longe de ser resolvido.
5. O principal entrave deste momento histórico para o avanço dessa luta é a criação de um protótipo básico de trabalho coletivo e igualitário. As experiências de produção operária são o campo fértil que permite essa criação.
6. A solução desse entrave deve enfrentar questões como a necessidade de divisão igualitária das tarefas e a reformulação do trabalho de gestão.

Saber se essas hipóteses se confirmam, ou não, será fundamental para que possamos prosseguir, neste século, com o projeto de superação e eliminação do sistema social capitalista.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena P. Filosofando: introdução à filosofia. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2000.

AZZELLINI, Dario; NESS, Immanuel (org.). Ours to Master and to Own: Workers' Control from the Commune to the Present. Chicago, IL: Haymarket Books, 2011.

BORGES, Altamiro. Origem e papel dos sindicatos. I Modulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: < http://contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf> Acesso em: 09/12/2013. Agosto de 2006.

BERNARDO, J. Autogestão e socialismo. In: Democracia e autogestão. Temporaes / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. v. 1. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999.

BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. In: HENRIQUES et al. Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Maria Alejandra; RODRIGUES, Thiago Nogueira; ROCHA, Maíra Cavalcanti; FARIA, Maurício Sardá de. Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAGNANI, Esteban. El cambio silencioso: empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

MAI, Cahiers de. The Lip Watch Strike. In: Radical America, volume 7, n. 6, November-December 1973. Massachusetts-EUA, 1973.

NEW ERA WINDOWS COOPERATIVE. Our story. Disponível em: < http://www.newerawindows.com/about-us/our-story >. Acesso em: 19/11/2013.

NOVAES, Henrique Tahan. De Tsunami a marola: uma breve história das Fábricas Recuperadas na América Latina. In: Revista Lutas & Resistências / publicação do Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n.2, p. 84-97, 1º semestre de 2007.

OPEN INITIATIVE OF SOLIDARITY AND SUPPORT. The factory of Vio.Me (Industrial Mineral) starts production under workers' control! Fevereiro de 2013. Disponível em: < http://www.viome.org/2013/02/the-factory-of-viome-industrial-mineral.html>. Acesso em: 18/11/2013.

RADICAL AMERICA. The Lip Watch Strike – introdução e postscript do editor. In: Radical America, volume 7, n. 6, November-December 1973. Massachusetts-EUA, 1973.

RICCI, Francesco. Trotsky e a Itália de 1920. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. 22 de Agosto de 2010. Disponível em: < http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2077:trostky-e-a-italia-de-1920>. Acesso em: 19/11/2013.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Aprender economia. 24.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.